

Estado da publicação: Não informado pelo autor submissor

CONSTRUINDO ETNOGRAFIAS COMO PRÁTICAS E
EXPERIÊNCIAS ANTROPOLÓGICAS: UM OLHAR SOBRE
MULHERES QUE ACESSAM POLITICAS PÚBLICAS NO
AMAZONAS

Erica Fabricia Melo Moreira, Luena de Xerez

<https://doi.org/10.1590/SciELOPreprints.6812>

Submetido em: 2023-09-13

Postado em: 2023-10-09 (versão 1)

(AAAA-MM-DD)

**CONSTRUINDO ETNOGRAFIAS COMO PRÁTICAS E EXPERIÊNCIAS
ANTROPOLÓGICAS: UM OLHAR SOBRE MULHERES QUE ACESSAM
POLÍTICAS PÚBLICAS NO AMAZONAS.**

Luena Matheus de Xerez

ORCID: <https://orcid.org/0009-0004-9460-9606>

<luenaxerez@gmail.com>

Universidade Federal do Amazonas. Manaus/AM. Brasil

Érica Fabricia Melo

ORCID: <https://orcid.org/0009-0001-7287-7659>

<erica.moreira@ufam.edu.br>

Universidade Federal do Amazonas. Manaus/AM. Brasil

RESUMO

Através da observação atenta acontece, na prática, a “apreensão” dos acontecimentos e a compreensão de como aquelas mulheres lidam com as coisas. De acordo com Strathern (2017) é necessário dentro uma produção etnográfica que dialoguemos com nossas interlocutoras, sendo nesses momentos etnográficos que o conhecimento teórico metodológico é concebido, pensado e performatizado. Esta é uma pesquisa qualitativa e etnográfica. Este método, segundo Eckert (1997), aponta para uma ética de interação, intervenção e participação onde a alteridade reside na singularidade do discurso êmico traduzido pelo pesquisador. A tarefa da/o antropóloga/o se caracteriza no campo, pela investigação, observação cotidiana, imersão na lógica cultural dos interlocutores e escritos do diário de campo e posteriormente a escrita da etnográfica. Propomos refletir sobre como fazemos e pensamos conceitos consolidados a partir do que encontramos no trabalho de campo, e ainda como sistematizar e analisar os dados reunidos da pesquisa.

Palavras-chave: metodologia, etnografia, prática de pesquisa, políticas públicas

ABSTRACT

BUILDING ETHNOGRAPHIES AS ANTHROPOLOGICAL PRACTICES AND EXPERIENCES: A LOOK AT WOMEN WHO ACCESS PUBLIC POLICIES IN AMAZONAS

Through close observation, the "apprehension" of events and the understanding of how these women deal with things happens in practice. According to Strathern (2017) it is necessary within an ethnographic production that we dialogue with our interlocutors, and it is in these ethnographic moments that methodological theoretical knowledge is conceived, thought out and performed. This is a qualitative, ethnographic study. This method, according to Eckert (1997), points to an ethic of interaction, intervention and participation where alterity resides in the singularity of the emic discourse translated by the researcher. The anthropologist's task is characterized in the field by research, daily observation, immersion in the cultural logic of the interlocutors and writing the field diary and later the ethnographic writing. We propose reflecting on how we make and think about consolidated concepts based on what we find in fieldwork, as well as how we systematize and analyze the data gathered from the research.

Keywords: methodology, ethnography, research practice, public policies

1. INTRODUÇÃO

Entende-se por políticas públicas ações e programas desenvolvidos por Municípios, Estados e União, cuja finalidade é promover e garantir os direitos dos cidadãos brasileiros previstos na Constituição brasileira, promulgada em 1988, após 21 anos de Ditadura Militar, como referência, a priori e em legislações complementares.

Este documento prevê que o Estado deve promover a construção de uma sociedade livre, justa e solidária; garantir o desenvolvimento nacional ao mesmo tempo em que não abre mão de erradicar a pobreza e a marginalização deve reduzir as desigualdades sociais e regionais, além de promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação.

Esses preceitos e objetivos são construídos, induzidos e efetivados por meio das políticas públicas, sendo importante ressaltar que a responsabilidade do poder público não exclui a responsabilidade da sociedade civil e tampouco inibe a liberdade dos indivíduos. Uma profunda e enorme transformação na relação do estado com o País e a Sociedade.

Para observarmos a mudança, no setor saúde, por exemplo, o acesso às unidades, era exclusividade das pessoas e famílias cujo poder aquisitivo lhes permitia comprar este serviço, ou, aos trabalhadores com carteira assinada, que acessavam os serviços pagos com seus impostos, ofertados ou pelos serviços públicos ou por aqueles entes contratados por este, para oferta-los. As pessoas pobres que não tinham empregos tinham algum acesso, a estes serviços, por meio de filantropia. Neste caso milhares de brasileiros estavam sem acesso¹. Entre outras razões, por definir direitos fundamentais, como a liberdade de expressão e religiosa e os relacionados a trabalho, previdência, educação, saúde e assistência social, como direitos de todos e um dever do Estado, esta Carta recebeu o título de Constituição Cidadã.

Na saúde e na assistência social, o Sistema Único de Saúde – SUS², e seu subsistema de Atenção à Saúde dos Povos Indígenas, e o Sistema Único de Assistência Social - SUAS, devem ser organizados de maneira hierarquizada e organizada. Neste trabalho apresentaremos estas políticas públicas de saúde e assistência social enquanto nosso campo de pesquisa e as articulando às metodologias que utilizaremos para compreendê-los e pensá-los por meio das teorias antropológicas.

¹ <http://www.ccs.saude.gov.br/sus/antes-depois.php#:~:text=%C3%9Anico%20de%20Sa%C3%BAde,-,Antes%20de%201988,sem%20a%20participa%C3%A7%C3%A3o%20dos%20usu%C3%A1rios.01de,setembro,de,2023>

² <https://www.gov.br/saude/pt-br/assuntos/saude-de-a-a-z/s/sus> acesso em 09 de setembro de 2023

O capítulo da saúde é apresentado nos artigos 196 a 200 e nele garante-se que a saúde é um direito de todos e um dever do estado e que estes devem ser garantidos por meio de políticas sociais e econômicas, cuja finalidade é a redução do risco de doenças e de outros agravos, além de promover o acesso universal e igualitário às ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação.

Acesso universal significa que qualquer pessoa em solo brasileiro pode usar o SUS, sem distinção, e que este ainda deve estar preparado para observar e ofertar serviços atentos à diversidade de pessoas e povos, e, de suas especificidades. Ou seja, a singularidade deve ser uma marca da atenção à saúde. Em busca desta determinação, o Ministério da Saúde e os demais entes federados vem se atualizando e implementando suas políticas públicas. Por exemplo, em 2011, o Governo Federal lançou em Portaria específica a Rede de Atenção Materno-Infantil (RAMI)³, onde reorganiza a atenção ao Pré-natal, Parto e Nascimento.

Resumidamente, consiste numa rede de cuidados que visa assegurar à mulher o direito ao planejamento reprodutivo e à atenção humanizada à gravidez, ao parto, à perda gestacional, nos casos de aborto, e ao puerpério, bem como à criança o direito ao nascimento seguro e ao crescimento e ao desenvolvimento saudáveis. A Rede tem como princípios, respeito, proteção dos direitos humanos; à diversidade cultural, étnica e racial; promoção da equidade; enfoque de gênero; garantia dos direitos sexuais e reprodutivos de mulheres, homens, jovens e adolescentes; participação e a mobilização social. Estes preceitos devem estender-se em todo o território nacional.

Na Assistência Social, o SUAS⁴ é coordenado no nível federal pelo Ministério do Desenvolvimento Social, onde se articulam esforços do poder público e da sociedade civil para a proteção da sociedade. O financiamento do SUAS é tripartite e objetiva consolidar e executar a Política Nacional de Assistência Social (PNAS)⁵ que está organizada em dois níveis de complexidade. Proteção Social Básica, voltada à prevenção de riscos sociais e pessoais, e a Proteção Social Especial, destinada a pessoas em situação de risco ou violação de direitos. O sistema também oferece benefícios assistenciais em situações específicas. E gerencia o Cadastro Nacional de Entidades e Organizações de Assistência Social

³ <https://www.cosemssp.org.br/noticias/entenda-a-rede-materno-infantil-rami/> acesso em 09 de setembro de 2023

⁴ <https://www.gov.br/mds/pt-br/acoes-e-programas/assistencia-social/gestao-do-suas> acesso em 09 de setembro de 2023

⁵ https://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia_social/Normativas/PNAS2004.pdf acesso em 09 de setembro de 2023

(CNEAS)⁶. Capilariza-se nos estados e municípios por meio dos CRAS⁷ e CREAS⁸, respectivamente Centros de Referência de Assistência Social e Centros de Referência Especializado de Assistência Social - CREAS.

Juntamente com essas políticas de Saúde abordaremos também o Programa Bolsa Família que com suas condicionalidades a mais de 20 anos inclui a saúde como obrigatoriedade do Programa. De acordo com o MDS⁹ - Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social o Bolsa Família é o maior programa de transferência de renda do Brasil, reconhecido internacionalmente por já ter tirado milhões de famílias da fome. O Governo Federal relançou o programa com mais proteção às famílias, com um modelo de benefício que considera o tamanho e as características familiares, aquelas com três ou mais pessoas passarão a receber mais do que uma pessoa que vive sozinha.

Além de garantir renda básica para as famílias em situação de pobreza, o Programa Bolsa Família busca integrar políticas públicas, fortalecendo o acesso das famílias a direitos básicos como saúde, educação e assistência social como já foi mencionado a cima. O Bolsa Família tem por vista resgatar a dignidade e a cidadania das famílias também pela atuação em ações complementares por meio de articulação com outras políticas para a superação da pobreza e transformação social, tais como assistência social, esporte, ciência e trabalho de acordo com o MDS.

O Programa Bolsa Família – PBF foi criado em outubro de 2003 ancorado na Lei Federal nº 10.836, de 9 de janeiro de 2004. O programa é descentralizado e compartilhado entre a União, Estados, Distrito Federal e Municípios. Segundo o Ministério do Desenvolvimento Sustentável-MDS, o programa apoia as famílias em situação de vulnerabilidade social, buscando acabar com a extrema pobreza e garantindo a elas o direito à alimentação, à saúde e à educação.

Ainda segundo o MDS, o governo repassa o benefício financeiro diretamente às famílias, e elas assumem o compromisso de manter os filhos na escola e fazer o acompanhamento de saúde das crianças, dos adolescentes e das gestantes. O Programa Bolsa Família é uma política de transferência de renda que vincula o recebimento de benefícios ao cumprimento de condicionalidades, por essas famílias, de um conjunto de contrapartidas nas áreas de Saúde e de Educação. A inclusão de famílias no Cadastro

⁶<https://www.gov.br/mds/pt-br/acoes-e-programas/assistencia-social/entidades-de-assistencia-social/cadastro-nacional-de-entidades-de-assistencia-social-2013-cneas> acesso em 09 de setembro de 2023

⁷ <https://www.gov.br/mds/pt-br/servicos/acessar-o-cras-centro-de-referencia-da-assistencia-social> acesso em 09 de setembro de 2023

⁸<https://www.gov.br/mds/pt-br/acoes-e-programas/assistencia-social/unidades-de-tendimento/centro-de-referencia-especializado-de-assistencia-social-creas> acesso em 09 de setembro de 2023

⁹ <https://www.gov.br/mds/pt-br/acoes-e-programas/bolsa-familia> acesso em 28 de maio e 2023

Único¹⁰ é uma atividade permanente e de responsabilidade do gestor do Programa Bolsa Família.

Há, portanto, de se considerar que o Programa Bolsa Família se constitui hoje em um Programa de extrema importância no panorama das Políticas Sociais no Brasil, levando em consideração o grande número de beneficiárias. Seus impactos nos indicadores que compõe a agenda de saúde, bem como na educação, buscam a imediata redução da pobreza, na diminuição da desigualdade social de renda e na garantia de que as crianças que recebem os benefícios não se submetam ao trabalho infantil como antes, segundo o MDS.

Nossas pesquisas de doutorado estão situadas em Manaus que está localizada no norte do Brasil, capital do Amazonas e é considerada a cidade mais populosa da região de acordo com IBGE¹¹ - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística o número da população está estimada em 2.255.903 pessoas.

2. ABORDAGEM METODOLÓGICA

A pesquisa será de base qualitativa, de abordagem etnográfica. Através da observação atenta acontece, na prática, a “apreensão” dos acontecimentos e a compreensão de como aquelas mulheres lidam com as coisas. De acordo com Strathern (2017) é necessário dentro uma produção etnográfica que dialoguemos com nossas interlocutoras, sendo nesses momentos etnográficos que o conhecimento teórico metodológico é concebido, pensado e performatizado. Nossas pesquisas são de abordagens qualitativa e etnográfica. Este método, segundo Eckert (1997), aponta para uma ética de interação, intervenção e participação onde à alteridade reside na singularidade do discurso êmico traduzido pelo pesquisador.

A tarefa da/o antropóloga/o se caracteriza no campo, pela investigação, observação cotidiana, imersão na lógica cultural dos interlocutores e escrita do diário de campo. Propomos refletir sobre como fazemos e pensamos conceitos consolidados a partir do que encontramos nos trabalhos de campo.

Neste sentido, propomos realizar uma reflexão no que se refere a etnografia e não apresentar conceitos e definições. Antes mesmo de iniciarmos uma pesquisa etnográfica é necessário realizarmos um amplo estudo da literatura relacionando-a com o tema da investigação escolhida para que o problema formulado possa orientar a entrada da pesquisadora em sua pesquisa.

¹⁰ <https://www.gov.br/mds/pt-br/acoes-e-programas/cadastro-unico> acesso em 29 de maio de 2023

¹¹ <https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados/am/manaus.html> acesso em 29 de maio de 2023

A ideia de "método etnográfico" é complexa segundo Peirano (2014), tendo em vista que a pesquisa de campo "não tem momento certo para começar e acabar", concordamos com a autora já que ao entrarmos na pós-graduação a constante do trabalho de campo é diária, os esforços de aprendizagem teóricos metodológicos já se dão nas primeiras disciplinas. E é o que de fato irá nortear a pesquisa de campo, ora se não tivermos este aporte teórico-metodológico como iremos realizar a pesquisa? O que iremos "observar"? Como iremos realizar este "campo"? Fazer pesquisa significa definir o tema de pesquisa, escolher qual recorte desses temas é necessário estudar, quais os eixos teóricos serão usados, fazer as leituras iniciais do tema, criar um primeiro esboço do projeto de pesquisa, ler e fazer os fichamentos para encontrar uma lacuna de pesquisa, planejar a pesquisa tudo isso é somente os primeiros passos de uma pesquisa antes de, de fato iniciar o "campo".

Não só nossos objetivos nos levarão a estas respostas, mas a forma de como fazer e como vamos analisar e "coletar" estes "dados" de campo está aportado nas bases teóricas metodológicas, é como vamos explicar para o leitor como fizemos este caminho, como nossas pesquisas foram pensadas e realizadas metodologicamente.

Neste sentido, ao pensarmos e analisarmos o que é o trabalho de campo, pensamos que já estamos fazendo campo inicial de nossas pesquisas, já que a leituras sobre nossos temas de pesquisas é constantemente lido, relido, pensado de como vamos fazer todo esse trabalho, qual o melhor caminho a ser trilhado, quais os autores irão nos ajudar pensar teórica – metodologicamente. Ainda como afirma Peirano (2014) a etnografia é a ideia mãe da antropologia.

Início por um lugar comum: como todos sabemos, a etnografia é a ideia- -mãe da antropologia, ou seja, não há antropologia sem pesquisa empírica. A empiria – eventos, acontecimentos, palavras, textos, cheiros, sabores, tudo que nos afeta os sentidos –, é o material que analisamos e que, para nós, não são apenas dados coletados, mas questionamentos, fonte de renovação (PEIRANO, p. 380, 2014)

No entanto, penso nesse momento não ser possível definir etnografia em uma única definição ou conceito, já que etnografia de acordo com Peirano é um conceito que "variam". Mas o que há em comum nos mais variados conceitos de etnografia é: teoria e empiria é a base principal da etnografia. Toda/o antropóloga/o está, portanto, constantemente reinventando a antropologia (PEIRANO, 2014).

Métodos (etnográficos) podem e serão sempre novos, mas sua natureza, derivada de quem e do que se deseja examinar, é antiga. Somos todos inventores, inovadores. A antropologia é resultado de uma permanente recombinação intelectual (PEIRANO, p. 381, 2014)

Da mesma forma Magnani (2009) afirma que não se pode separar o campo de pesquisa com as escolhas teóricas já que ambas compõem a especificidade da disciplina antropologia, e que, portanto, essas duas categorias se aproximam da etnografia. Magnani (2009) cita Lévi-Strauss (1991) para afirmar que "o antropólogo necessita da experiência do campo" por outro lado Peirano (1995) retifica o confronto entre "teoria do pesquisador e as ideias nativas" e avançando nas discussões do trabalho de campo Favret-Saada (1990) reflete de como os pesquisadores são "afetados" durante suas pesquisas.

Assim como as definições de culturas são inúmeras as definições de etnografia também, tendo em vista que ambas estão em constante mudança, ressignificações, novos olhares e perspectivas estão sempre reescrevendo a disciplina e que estas percepções de que a etnografia é parte de um "empreendimento *teórico* da antropologia".

Não se trata de um "detalhe metodológico" que antecede uma teoria; a indagação etnográfica em si já tem um caráter teórico, porque somente (ou principalmente) ela nos permite questionar os pressupostos então vigentes pelas novas associações ou novas perguntas que nos proporciona: como já dizia Malinowski, novas pesquisas levam à "transformação de um ponto de vista teórico" (PEIRANO, p. 385, 2014)

Enfim, o fazer antropológico perpassa por inúmeras discussões e problematizações do trabalho de campo para enfim, produzir suas etnografias. No campo, no entanto, as observações têm como um dos objetivos compreender o cotidiano do lugar a ser pesquisado. A pesquisa etnográfica permite assim um entrosamento entre o pesquisador e o grupo envolvido pesquisa através de uma relação que se dará no cotidiano e nos dias, meses seguintes que se dará a pesquisa, neste sentido a abordagem etnográfica pretende buscar descrever, não só seus objetivos o que muitas vezes é proposto no projeto, mas muitas das vezes outros eventos da vida da comunidade que contribuam para a pesquisa.

O método etnográfico, segundo Eckert (1997), aponta para uma ética de interação, de intervenção e de participação onde a alteridade reside na singularidade do discurso êmico traduzida pelo pesquisador

As culturas, a partir de percepções subjetivas, objetivas, práticas e ações sociais como objetos fundamentais da antropologia passam a ser analisados como “ordens de significados de pessoas e coisas”. De Boas, de Malinowski, de Mauss apreende-se o método de uma observação completa, participante e viva das sociedades estudadas, de uma “imersão no cotidiano de uma outra cultura” e a ética profissional (domínio da língua nativa, relativização ética dos dados colhidos em entrevistas livres e *surveys*), revelando e sentindo de culturas diferentes numa crítica ao etnocentrismo (ECKERT, 1997, p. 21)

Neste sentido, a tarefa da/o antropóloga/o se caracteriza no que se refere ao trabalho de campo, a investigação, a observação cotidiana, a imersão na lógica cultural dos seus interlocutores, a escrita do diário de campo. No trabalho de campo, é importante também a/o etnógrafa/o perceber os seus limites e os territórios demarcados, observar os limites que lhes são impostos, estar atento aos significados e seus símbolos que representam, onde ele/a passam a fazer parte por um tempo, é preciso, portanto, estar atento ao percurso que agora será trilhado, possíveis de muitas fronteiras, zonas de transição e ambiguidades.

Outro importante aspecto para se refletir se refere ao texto de Roberto Cardoso de Oliveira (2006), quando se refere ao trabalho do antropólogo, no que se refere ao olhar, ouvir e escrever

talvez a experiência do pesquisador de campo – ou *no campo* – esteja na domesticação teórica de seu olhar (...). Evidentemente tanto o ouvir como o olhar não podem ser tomados como faculdades totalmente independentes no exercício da investigação (...) é, seguramente, no ato de escrever, portanto na configuração final desse trabalho, que a questão do conhecimento torna-se tanto ou mais crítica (OLIVEIRA, 2006. p. 19-21-25)

Alguns passos são importantes após o trabalho de campo, tais como a releitura dos diários de campo, transcrições de entrevistas, reler anotações, ouvir os áudios para enfim, começar a escrita acadêmica. Assim após a pesquisa realizada é importante nessa parte da pesquisa saber quais passos percorrer. Em seu trabalho o Guia para a pesquisa de campo: produzir e analisar dados etnográficos, Beaud e Weber (2007) afirma, que tendo um diário de campo em mãos e em desordem é preciso usá-lo de duas formas primeiro para fazer a cronologia da pesquisa e segundo colocar cada documento em seu contexto, para isolar as narrativas de observações significativas.

Quanto às observações, reler o diário de campo, localizando os eventos mais marcantes e comparando-os. Chegará a *séries* de interações ou de cerimônias repetidas. O

primeiro interesse dessa releitura consiste em trazer uma nova luz sobre as primeiras anotações de campo, e perceber ou relembrar detalhes cuja importância não havia chamado sua atenção. O segundo consiste em obriga-lo a montar uma série, a relacionar eventos que não percebeu como sendo semelhantes (BEAUD; WEBER 2007, p, 156).

Portanto, é significativo juntar e classificar as informações obtidas e escritas no diário de campo para poder avaliá-los a partir de suas anotações, tanto as questões empíricas como as teóricas como sugere Magnani (2009) e Peirano (2014) Beaud (2007) salienta, que é importante hierarquizar as informações a fim de priorizá-las para suas análises facilitando a escrita final, assim elucidada no que se refere ao diário de campo que trata-se de tirar duas séries de anotações no entanto mais detalhadas.

Trata-se mais precisamente de tirar disso duas séries de anotações: Reconstruir o desenrolar da pesquisa reencontrando a cronologia dos eventos que observou ou provocou. Você tem interesses em estabelecer de forma resumida essa cronologia reconstruindo os laços entre os momentos. Retomar e passar a limpo os eventos marcantes guardando cópia de sua primeira transcrição, *explicitando* tudo que, então, lhe parecia evidente e re-analisando de novo com a cabeça fria, conjuntamente, o evento e sua primeira análise (BEAUD; WEBER 2007, p. 158)

Nenhum etnógrafo vai ao campo senão movido por incertezas, dúvidas e perguntas. Há algo no campo que ele não sabe e não conhece. Seu movimento até ali é um movimento que busca saciar tal ignorância e desconhecimento. É verdade que essa é uma circunstância comum a todas as ciências, exatas ou não, naturais ou humanas.

3. CONCLUSÕES PARCIAIS

No trabalho de campo, é importante também perceber os seus limites e os territórios demarcados, observar os limites que lhes são impostos, estar atento às teias de significados e seus símbolos é preciso está sempre atentas, portanto, estar alerta ao percurso que agora será trilhado, possíveis de muitas fronteiras, zonas de transição e ambiguidades. Nossas pesquisas de doutorado estão em andamento, neste sentido é fundamental para nós termos uma metodologia bem clara e métodos para respondermos as nossas perguntas de pesquisa.

Diante dos desafios dos cotidianos dessas mulheres com quem trabalhamos políticas públicas é fundamental entendermos a realidade social que é tão complexa no Amazonas já que temos uma população de indígenas e não indígenas, buscamos, portanto,

compreender novos problemas que emergem teórica e metodologicamente (GOLDAM, 2016). Neste sentido, nossa proposta é apresentar a relação entre teoria e empiria com abordagens qualitativas dentro de uma perspectiva etnográfica.

Por acreditar que a escolha da metodologia e a escrita antropológica são atitudes e escritas políticas, nossas pesquisas se insere em dois movimentos que consideramos importantes para o desenvolvimento da ciência antropológica. O primeiro é o movimento que coloca as mulheres em cena como interpretes da realidade social, o segundo é o de pensarmos na produção do conhecimento, rompendo com as formas canônicas de produção da escrita etnográfica e antropológica.

Ao pensarmos que nossas pesquisas estão sendo realizadas no Amazonas as nuances regionais no que tange as diferenças étnicas e interseccional nos proporcionará pensar em diferentes marcadores sociais não só numa perspectiva teórica-antropológica mas metodológica enquanto a construção desses conhecimentos empíricos.

4. REFERÊNCIAS

ECKERT, Cornélia. Questões em torno do uso de relatos e narrativas biográficas na experiência etnográfica. *Humanas*, Porto Alegre. v, 19/20. 1997.

GOLMAN, M. Alteridade e experiência: antropologia e teoria etnográfica. *Etnográfica*, v. 10, n. 1. 2016.

STRATHERN, M. O efeito enográfico e outros ensaios. São Paulo: Cosac Naif, 2017.

BEAUD. Stéphane; Weber. F. Guia para pesquisa de campo: produzir e analisar dados etnográficos. Tradução: Sergio Joaquim de Almeida. Ed. Vozes Petrópolis, Rj, 2007.

CARDOSO DE OLIVEIRA, Roberto. 2006. “O trabalho do antropólogo: olhar, ouvir, escrever”. In: O trabalho do antropólogo. Brasília: Paralelo 15; São Paulo: Editora UNESP. pp. 17-35.

PEIRANO, Mariza. "Etnografia não é método". *Horizontes Antropológicos*, Porto Alegre, ano 20, n. 42, p. 377-391, jul./dez. 2014. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/ha/v20n42/15.pdf>.

MAGNANI, J. G. “Etnografia como prática e experiência.” *Horizontes Antropológicos*, vol.15, no.32, 2009

DECLARAÇÃO DE DISPONIBILIDADE DE DADOS DA PESQUISA: Todo o conjunto de dados de apoio aos resultados deste estudo foi publicado no próprio artigo.

FINANCIAMENTO: O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) (Número do Processo:

88887.839253/2023-00).

CONTRIBUIÇÃO DAS/DOS AUTORES/AS:

Luena Matheus de Xerez: Conceitualização das políticas públicas e Sociais, Preparação do rascunho original, Supervisão, Redação - Revisão e Edição.

Érica Fabricia Melo: Conceitualização das políticas públicas e Sociais, Metodologia, Curadoria de dados, Redação, Preparação do rascunho original, Supervisão, Redação - Revisão e Edição.

DECLARAÇÃO DE CONFLITO DE INTERESSE: Os autoras declaram que não há conflito de interesses a mencionar.

MINIBIOGRAFIAS DOS/DAS AUTORAS DO PAPER

Luena Matheus de Xerez

Graduação em Psicologia, pela Universidade Federal da Paraíba. Mestra em Saúde, Sociedade e Endemias pelo Centro de Pesquisa Leonidas e Maria Deane – Fiocruz/AM. Doutoranda em Antropologia Social na Universidade Federal do Amazonas - UFAM.

Érica Fabricia Melo

Graduação em Antropologia, pela Universidade Federal do Amazonas. Mestra em Ciências Sociais pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos-UNISINOS em São Leopoldo -RS. Doutoranda em Antropologia Social na Universidade Federal do Amazonas - UFAM.

Este preprint foi submetido sob as seguintes condições:

- Os autores declaram que estão cientes que são os únicos responsáveis pelo conteúdo do preprint e que o depósito no SciELO Preprints não significa nenhum compromisso de parte do SciELO, exceto sua preservação e disseminação.
- Os autores declaram que os necessários Termos de Consentimento Livre e Esclarecido de participantes ou pacientes na pesquisa foram obtidos e estão descritos no manuscrito, quando aplicável.
- Os autores declaram que a elaboração do manuscrito seguiu as normas éticas de comunicação científica.
- Os autores declaram que os dados, aplicativos e outros conteúdos subjacentes ao manuscrito estão referenciados.
- O manuscrito depositado está no formato PDF.
- Os autores declaram que a pesquisa que deu origem ao manuscrito seguiu as boas práticas éticas e que as necessárias aprovações de comitês de ética de pesquisa, quando aplicável, estão descritas no manuscrito.
- Os autores declaram que uma vez que um manuscrito é postado no servidor SciELO Preprints, o mesmo só poderá ser retirado mediante pedido à Secretaria Editorial do SciELO Preprints, que afixará um aviso de retratação no seu lugar.
- Os autores concordam que o manuscrito aprovado será disponibilizado sob licença [Creative Commons CC-BY](#).
- O autor submissor declara que as contribuições de todos os autores e declaração de conflito de interesses estão incluídas de maneira explícita e em seções específicas do manuscrito.
- Os autores declaram que o manuscrito não foi depositado e/ou disponibilizado previamente em outro servidor de preprints ou publicado em um periódico.
- Caso o manuscrito esteja em processo de avaliação ou sendo preparado para publicação mas ainda não publicado por um periódico, os autores declaram que receberam autorização do periódico para realizar este depósito.
- O autor submissor declara que todos os autores do manuscrito concordam com a submissão ao SciELO Preprints.